

Cabo-verdianos em São Tomé: trajectória social nos pós independência

Marisa da Graça Costa Espírito

Abordar a trajectória social dos cabo-verdianos em São Tomé nos pós independência obriga-me a lançar um olhar retrospectivo sobretudo ao segundo e terceiro quartéis do século XX quando levas maciças de cabo-verdianos aportaram a Ilha para trabalharem nas plantações de café e sobretudo de cacau. As crises cíclicas de fome que grassavam as Ilhas de Cabo-verde, o elevado saldo fisiológico e a falta de mão- de -obra nas roças de São Tomé levou a uma emigração forçada de milhares de cabo-verdianos que desembarcaram na ilha de São Tomé em regime de contrato para poderem trabalhar nas roças de café e sobretudo de cacau .

Até a década de 20 do século XX a sobrevivência das Roças dependeu em grande medida dos angola , mas os roceiros viriam a encontrar uma decisiva fonte de mão- de -obra em Cabo-verde onde, em finais da década de 1930 e em especial nos anos de 1940 se iniciou um novo ciclo na história da importação de mão de obra, desta feita de cabo-verdianos.

As fomes cíclicas, o superpovoamento, as dificuldades de recrutamento em Angola e Moçambique tenderam a aumentar a importação de trabalhadores cabo-verdianos; em 1950 representam 30% da mão-de-obra nas plantações com tendência para aumentar.

Em 31 de Dezembro de 1950 23613 indivíduos trabalhavam nas propriedades agrícolas em regime de contrato; 2696 eram tongas, 9680 angolanos, 4917 moçambicanos, 6320 cabo-verdianos.¹

Em relação ao cabo-verdiano quando comparado com o angolano e o moçambicano há que salientar a relativa importância que as mulheres e as crianças representam na imigração de mão-de-obra. A emigração de Cabo-verdianos é de tipo familiar. E em grande medida devido a presença dos cabo-verdianos, os roceiros lograriam por mais alguns anos manter a segmentação social e a sua hegemonia, bem¹ como inalterada a estrutura da propriedade fundiária num território que insistiam em definir como colónia-plantação. Não quero aqui descurar de forma alguma a importância dos outros serviçais, sobretudo os Moçambicanos, e os Angolanos, pese embora estivessem também na faina diária e dura do trabalho das roças, dos caboverdianos, passou a depender a sobrevivência das roças e em certa medida da ilha de São Tomé. A discriminação racial, era acentuada, e tendia a tornar aceitáveis actos de violência racial tanto nas roças como nos espaços públicos. Mas as mudanças no recrutamento influíram na configuração dos laços sociais nas roças. Concretamente, o recrutamento de cabo-verdianos evidenciaria as vulnerabilidades das roças, pois que os usuais esquemas de inserção dos angolas se revelaram desajustados para os cabo-verdianos. A sua importação suscitou as mais desencontradas atitudes dos roceiros em alguns casos temerosos de súbitos desenvolvimentos de uma relação tensa com indivíduos que não se sujeitavam como os angolas; antes blasonavam intenções de protestar e de recorrer às autoridades, quando não se rebelavam.²

Na verdade, por entre os afrontamentos que caracterizaram a sua introdução nas roças em inícios do século XX, os cabo-verdianos protagonizaram um caso de clara imposição ao limite dos roceiros e de intentada reformulação das regras da roças. Os roceiros acharam os costumes dos cabo-verdianos mais consistentes e de mais difícil remoção com vista a uma sujeição à roça idêntica aos dos angolas²

Segundo Francisco Tenreiro, o Cabo-verdiano é o resultado de um processo aculturativo, que o aproxima do estilo de vida do português metropolitano; mesmo quando muito pobre, o cabo-verdiano orgulha-se de ser português, cidadão livre, cujo modo de vida o diferencia do comum africano da terra firme. A agravar esta situação acrescenta-se que não só emigra o cabo-verdiano preto, mas também mulato, branco,

¹ Tenreiro, Francisco, A Ilha de São Tomé, 1961, pp 289

como ainda o cultivado. São muitos os que sabem ler e escrever, alguns até possuem o curso geral dos liceus. Em algumas roças são as vezes homens de pés descalços, simples serviçais de mato, que escrevem a capatazes europeus iletrados e boçais, e até mesmo alguns administradores, cartas que enviam a família saudosa ³

Eu me questiono se a própria mestiçagem de Tenreiro o seu *modus vivendi* não o farão ter essa apreciação.

Apesar de nas roças os homens e mulheres tenderem a juntar-se segundo a sua raça ou segundo o seu navio; gente do mesmo navio é gente que chegou a ilha viajando ao mesmo tempo das praias de Angola, Moçambique, e Cabo-Verde para as praias de São Tomé, quando um Homem fala de outro, pode dizer: ele é «meu navio», isto é, ele veio comigo. Gente do mesmo navio ou gente da mesma origem tende a manter-se ³afastada de todos os outros. Daí o terreiro de uma grande Roça ao domingo poder apresentar o aspecto curioso de um grupo de Moçambicanos, Angolanos, em movimentado batuque, enquanto em recanto afastado um grupo de cabo-verdianos rodeia um companheiro que tira de um harmónio a melodia saudosa e «sabe» de uma morna.

Só forçadamente convive com os outros serviçais; mesmo tendo consciência que é um serviçal ele acha-se, diferente dos outros outorgava-se um serviçal superior e a eles se deve a aceitação por parte do São-tomense de certos hábitos alimentares como seja a cachupa, o cuscuz

Seja como for, e dado que o contacto entre o Cabo-verdiano e o São - Tomense é sempre precária, a demarcação do ilhéu face ao serviçal é uma reacção defensiva e de certa forma provocada pela segmentação social imposta pelas roças. Este agrupamento humano de serviçais faz vida isolada no interior das roças, num estilo que em grande parte é imposto pela organização poderosa das mesmas e que raro lhes permite uma evasão adentro do contexto que a etnia ou cultura conferem a cada grupo. Ao longo dos séculos a evolução social e o estilo de vida nas roças não se modificou sobremaneira, o terreiro, a casa grande, a senzala e o badalar do sino para a formatura continuaram a ser os símbolos de um a disciplina de aquartelamento.

O reconhecimento implícito de idiosincrasias grupais consagrou designações como angolas, quelimanes, moçambiques e cabo-verdianos. Reportadas à origem ou ao

2 Nascimento, Augusto, Poderes e Quotidiano nas Roças de São Tomé e Príncipe: de finais de oitocentos a meados de novecentos pp,376

3- Tenreiro, Francisco, ob cit

local de embarque, tais designações espelhavam a necessidade de ter em conta as diferenças embora no sentido da pretendida homogeneidade de comportamento nas roças, tal a perspectiva resultante da convicção da capacidade da roça em socializar e adestrar os serviçais. A acomodação espelhava e era induzida pelas rotinas das roças . Dimanava da mesma uma aparente congruência e um ordenamento fácil da aprendizagem que permitia a rápida superação da ansiedade inerente às interrogações iniciais . Centralizada no terreiro e pautada pelo respectivo sino, a rotina era um factor de acomodação, mesmo se ambivalente, pois reforçava o carácter suficiente e autoritário das roças. A previsibilidade de comportamentos era vital tanto para os roceiros e ⁴autoridades como para os serviçais., A acomodação do serviçal integrado no grupo e no espaço da roça ficava pois a dever-se à conjugação do imobilismo social com uma suposta segurança económica., nas roças, tudo induzia a ideia de salvaguarda do futuro.

Perfilhamos a ideia de que, que mais do que emoldurar as culturas ou atavismos raciais foram as implicações das várias esferas de acção política nos contornos do quotidiano e nas relações de poder nas roças bem como fora delas que pesaram na trajetória de ilhéus, roceiros e serviçais

Segundo alguns autores, no ambiente opressivo das plantações, os trabalhadores, mesmo se sujeitos a trabalho forçado, foram capazes de criar o seu ethos incorporando elementos das suas culturas tradicionais. A ser assim, a recriação de identidades produção de novas identidades com referentes tradicionais, porque comuns e susceptíveis de partilha corresponderia a um acto de resistência ou de acomodação, dependendo dos contextos políticos e sociais que atravessavam as roças.⁴

Provenientes sobretudo das ilhas de Santiago, São Vicente, São Nicolau, Santo Antão, Fogo, em menor número das ilhas de Brava e Bela Vista os Cabo-verdianos que aportaram a ilha nas décadas de 30, 40,50,60 e 70 no Luanda, no Cuanza, Santa Maria, Luvito, . Permaneciam na ilha de acordo com os contratos que assinavam que variavam entre 2, 3, 5 anos renováveis, da boa vontade dos patrões, da sua satisfação ou não na roça de acolhimento, da sua necessidade de permanecer ou não, das relações que se estabeleciam entre gentes do mesmo navio ou não. Continuam a residir mesmo depois da independência nas roças, esse mundo multifacetado e aglutinante de experiências variadas; vivem entre a saudade a resignação, o medo e a esperança.

4 Nascimento, Augusto, ob cit

A Sr^a Maria Varela natural da freguesia de Santiago Maior, Ilha de Santiago, chegou a São Tomé em Novembro de 1947, na altura com 18 anos, assinou um contrato de dois anos, cumpriu 1 e o outro foi pago pelo branco com quem teve um filho, segundo ela ficou na ilha porque criou raízes.

Não se pode afirmar que os cabo-verdianos que vivem em São Tomé estão marginalizados de uma sociedade que ajudaram a construir e que de certa forma lhes pertence

Após a independência, apesar das mudanças políticas ocorridas, as roças continuaram na posse dos seus antigos proprietários absentistas que as geriam a partir do exterior uma realidade que não pôde ser ignorada na política nacional, pois condicionava toda a vida económica e social.

Em 1975 os novos dirigentes movidos por razões de ordem ideológicas, económicas e políticas argumentaram que a alteração da frágil situação económica da pobreza das populações (sobretudo das roças) dependiam de amplo movimento de reforma agrária. Entendiam que a única possibilidade de melhorar as condições de vida passava por um amplo movimento de nacionalização das terras. Portanto assumiram a posse absoluta da terra, entendida como base indispensável para assegurar o desenvolvimento. Deste modo passou a haver uma maior intervenção do Estado na direcção e no controlo da principal fonte de riqueza nacional. Supôs-se terem sido criadas assim as condições necessárias para conquistar a independência económica, pilar da autarcia política. Assim o decreto lei 24/75 (decreto de nacionalização). Tornou imperioso a aplicação de uma política agrária susceptível de modificar as estruturas caducas e de incrementar a produção agrícola mediante o emprego de equipamentos mais eficientes visando a melhoria das condições de vida das massas trabalhadoras. Ao determinar a nacionalização das empresas agrícolas num número de 15 dentre elas para mencionar apenas algumas a saber: Agostinho Neto, àgua Izé, Monte Café, Uba Budu e Santa Margarida, em 30/9/1976 factor indispensável para consolidação da independência política, pois as roças foram no passado o símbolo da dominação e exploração colonial sobre o povo de S.Tomé e Príncipe e sobre os trabalhadores contratados. A nacionalização das roças visava dar um rumo diferente as estratégias de desenvolvimento, opção que preconizava o desenvolvimento nacional sobre uma estrutura harmónica e equitativa, onde fosse banida a exploração do homem pelo homem; visava ainda a absorção de uma mão de obra desempregada, um novo clima de

trabalho, e o conseqüente aumento da produtividade, em suma o objectivo era a criação de um Homem novo numa sociedade nova.

Se a situação de algumas empresas na época colonial não era boa, quando um número considerável de cabo-verdianos, angolas, e Moçambicanos contratados que melhor conheciam os mecanismos e modos de produção das plantações regressaram aos seus países de origem, mais periclitante se tornou a situação nas empresas agropecuárias, o enfraquecimento das capacidades produtivas e a conseqüente pobreza assolam o país.

A nacionalização das roças não deu resultados almejados, a reforma agrária não foi acompanhada da necessária ruptura e substituição do antigo modo de produção por outro mais moderno. As aquisições sociais dos trabalhadores rurais se circunscreveram apenas a alteração da situação do ponto de vista jurídico, ele passou de dependente a trabalhador livre,

Todas as expectativas criadas com vista ao relançamento da economia não surtiram efeito esperado e, como conseqüência, o Estado perdeu a sua independência financeira, dependendo cada vez mais da ajuda externa para a obtenção tanto dos bens de equipamento como dos bens de consumo para a satisfação das necessidades básicas da população.

A luta pela sobrevivência continuou a fazer parte do dia a dia de todos aqueles que vivem na ilha inclusive dos cabo-verdianos.

Através do decreto-lei n.º 32/87 de 31 de Dezembro o Estado São-tomense preconiza o seu afastamento da vida económica. Após década e meia de gestão estatal o governo da República democrática de São Tomé e Príncipe decidiu enveredar em finais dos anos 80 pela política de afastamento considerável do Estado da gestão das unidades económicas depois de ter fracassado enquanto proprietário (índices de produtividade baixos, profunda desmotivação dos trabalhadores, custos de produção cada vez mais crescentes contra níveis de produção cada vez mais baixos, fraca capacidade de investimentos, limitada capacidade de gestão e de diversificação).

Em Junho de 1991 a Assembleia nacional promulgou a lei da terra lei 3/91 que estabeleceu os métodos e mecanismo de obtenção da terra assim como os mecanismos de transferência do direito sobre a mesma.

Em Agosto de 1992 o governo com o apoio do Banco Mundial, estabeleceu critérios e procedimentos para distribuição de terra através do decreto n.º 30/92 condição prévia para PPADPP (projecto de privatização agrícola e de desenvolvimento

de pequenas propriedades). As actividades de materialização do PPADPP, tiveram o seu início nos finais de 1992, inseridos num conjunto de nove empresas agro-pecuárias: Agua Izé, Colónia Açoreana, Ribeira Peixe, Porto Real, Milagrosa, Ponta Figo, Santa Catarina, Sundy

Em 1993, o governo procedeu as primeiras distribuições de terra no âmbito do PPADPP.

A política estatal de tentativa de melhorar a produtividade, promoção do desenvolvimento da pequena propriedade, proporcionar incentivos para a diversificação de produtos alimentares e de outras produções pelo sector privado, com a finalidade de ajudar a aliviar a pobreza rural, motivar os trabalhadores na maior parte das empresas agrícolas não resulta, as condições de vida dos cabo-verdianos e de todos os residentes nas roças ou delas dependentes degrada-se ainda mais. A pobreza rural agudiza-se; a passagem da condição servo-empregado-proprietário é muito brusca sem preparação, com pouca consciencialização, sem pré requisitos que o permitissem viver por si; sem apoios estruturais que a instituição Roça apesar de tudo lhes oferecia.

O processo de distribuição de terras não beneficiou a todos. Aqueles que se encontravam reformados na altura da distribuição de terra não foram contemplados; Essa medida afectou 80% dos Cabo-verdianos da 1ª geração.

Esses cabo-verdianos da primeira geração chegaram a ilha alguns adolescentes, outros já adultos; são sobretudo esses que vivem entre a saudade, a ansiedade a revolta e a vontade de voltar a terra mãe, mesmo não sabendo aquilo que os espera.

O Sr. João Varela é um dos exemplos dessa 1ª geração chegou a São Tomé em 1958, tinha na altura 21 anos, um contrato de três anos levou-o a Roça Ponta Figo. Com a voz rouca diz-me « cada cacauero que aqui está foi plantado pelas minhas mãos ena altura da distribuição de terras não recebi porque estava reformado». «Se houvesse fronteira entre São Tomé e Cabo-verde iria a pé»

Com medo do desconhecido temos Raimundo Ana Nunes, nasceu na ilha de Brava, chegou a São Tomé em 1953, com um contrato de 3 anos para a roça Plancas, diz não querer voltar porque já não tem lá ninguém, mesmo se tivesse segundo ele seriam para ele perfeitos estranhos, hoje a sua família são, os filhos que foi fazendo no calor das noites de São Tomé e os sobreviventes do mesmo navio em que ele chegou a São Tomé e diga-se de passagem que já são poucos

Resignados vivem muito, pois têm vontade alguns de visitar a sua terra, outros de regressar, porém não dispõem de condições económicas para o fazer., pois a reforma

de cem mil dobras de alguns e o subsídio de trinta mil mal da para sobreviver por uma semana. Reformas que abrangem todos aqueles que foram trabalhadores agrícolas independentemente da sua nacionalidade.

A feição a uma terra que ajudaram a construir também é muita, Amélia Semedo é disso exemplo, natural de Santiago, chegou a São Tomé em 1965, com 14 anos, com um contrato de cinco anos para Roça Porto Alegre, segundo ela na época colonial trabalhava-se muito e o bom trato era conseguido a custa de uma personalidade forte, de um carácter vincado, hoje trabalha muito na sua parcela de terra para sobreviver, mas que São Tomé é também terra dela, que não vive mal ,que a liberdade que conquistou a custa de muito esforço lhe é muito cara. Foi a Cabo-verde passear sentiu-se bem, mas com muita vontade de regressar a São Tomé.

Não são apenas aqueles que não receberam terra que se queixam dos problemas que a privatização lhes acarretou. Também os que receberam fazem alusão que as mesmas encontram-se encapoeiradas, que não dispõem de meios para desbrava-la, ou que a mesmas se encontra demasiado afastada dos seus locais de residência, e que os acessos as mesmas são precários. Para os habitantes das doze comunidades agrícolas por mim visitadas o processo de distribuição de terra só veio agravar a já difícil situação de vida «antigamente dizem eles tínhamos ajuda do PAM, podíamos cortar uma pinha de banana agora se eu não tiver na minha parcela tenho que comprar., tínhamos hospital, cantinas sociais, as nossas crianças tinham refeição nas escolas com a privatização tudo acabou.»

O amparo que até então sentiam nas roças tinha terminado, roça espaço de superação de ansiedade que induzia a ideia de salvaguarda do futuro deixou de existir.

Com o processo de distribuição da terra, o negócio do cacau deixou de ser lucrativo, a média de dois hectares por chefe de família não é suficiente para se produzir cacau suficiente para sustentar uma família (sendo que uma percentagem considerável delas ronda as dez pessoa por agregadofamiliar), a oscilação do preço no mercado internacional, ausência de cacaeiros nas suas parcelas ,mesmo aqueles que possuem cacaeiros nas suas parcelas fazem sempre referência a baixa produção dos mesmos uma vez que as plantas estão velhas e que os mesmos não dispõem de meios para a aquisição de fito sanitários.

Embora continuem a produzir banana, matabala, produtos hortícolas, azeite de palma, hoje o negócio mais lucrativo nas comunidades, mas que tem criado também nas mesmas problemas sérios de exclusão social, (aí sim pode-se falar em exclusão social,

marginalidade) é o da aguardente (cacharamba) é através do fabrico e venda de aguardente que um número considerável das famílias sobrevive.

Em termos políticos de 1975 á 1980 os cabo-verdianos participavam das estruturas do poder político, estavam representados nos órgãos de decisão política no partido, no parlamento.

Foram perdendo peso nessas estruturas quando as Roças foram perdendo o peso económico que lhes era intrínseco. Com a mudança de regime político em 1992, e a mudança de lei, perderam direito ao voto logo a sua importância política e social também foi diminuindo.

Hoje a comunidade cabo-verdiana em São Tomé conta com cerca de 20000 pessoas dos quais 75% dos Cabo-verdianos da vivem na roça da roça e para roça., como vivem também alguns Angolanos, Moçambicanos e São-Tomenses, enfrentando problemas vários e inventando esquemas precários de sobrevivência.

Séculos de convívio integraram culturas, vivências, e a integração cultural reflecte também a natureza dos territórios insulares, cuja exiguidade gera «uniformidade cultural» por entre diversidade social. A plantação foi uma instituição económica e social que moldou profundamente a estrutura social e económica da ilha.

Associado a esses factores São Tomé e Príncipe vive outros problemas que afectam sobremaneira toda a população; ausência de políticas acertadas, realistas e coerentes, uma conjuntura desfavorável das cotações dos produtos importados e exportados continua a provocar a degradação sistemática nos mais diversos domínios de desenvolvimento, originando a má qualidade dos serviços sociais, a carência, a falta de autoridade do Estado, o vandalismo, o aumento da pobreza, e outros males que até então o sistema político institucional não tem conseguido travar.

BIBLIOGRAFIA

Nascimento, Augusto, 2002, *Poderes e Quotidiano nas Roças de São Tomé: de finais de oitocentos a meados de novecentos*, Lisboa.

Tenreiro, Francisco, 1961, *A ilha de São Tomé*, Lisboa Junta de Investigação do Ultramar.

Tenreiro, Francisco, 1956a, *Cabo verde e São Tomé e Príncipe: esquema de uma evolução conjunta*, Praia, Imprensa Nacional.

Neves, Carlos Agostinho das, 1989, *São Tomé e Príncipe na Segunda Metade do Século XVIII*, Lisboa, Instituto de História de Além-Mar.

Periódicos

Jornal Revolução, São Tomé, 1975

Jornal Revolução, São Tomé, 1976

Jornal Revolução, São Tomé, 1977

Jornal Revolução, São Tomé, 1978

Relatórios

Ministério de Plano e Finanças, 1988, Estudo Nacional de Perspectiva a Longo Prazo: Reflexão Estratégica São Tomé e Príncipe 2025.

Ministério da Economia, 2001, Relatório do Programa de Apoio à Promoção da Agricultura Familiar: seguimento das actividades e realizações das componentes do programa.

Ministério de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pesca, 2003, Relatório do Programa de Apoio à Promoção da Agricultura Familiar: seguimento dos agregados agrícolas.

Trabalho realizado por:

Marisa da Graça do Espírito Santo Costa